

editorial

A Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2005, divulgada em 15 de setembro pelo IBGE, confirma que as mulheres estão aumentando sua participação no mercado de trabalho. A população ocupada aumentou cerca de 2,5 milhões de pessoas. Deste total, 52% eram mulheres.

Segundo a pesquisa, as mulheres ocupadas tinham em média 8 anos de estudo. Entre os homens, o total de anos de estudo era de 7,1. Entre a população ocupada masculina, 29,8% tinham mais de 11 anos de estudo, ou seja, no mínimo concluíram o ensino médio. Para as mulheres, essa fatia sobe para 40,6%. Mas mesmo assim as vagas ainda apresentam remuneração inferior.

E a pesquisa mensal de desemprego do IBGE mostra que as mulheres são a maioria dos desempregados (55,8%). Segundo os dados, a melhora no mercado de trabalho passou a ser um fator de atração para pessoas que não estavam em busca de emprego. É também concluído que o aumento do nível de instrução é cada vez mais uma exigência para encontrar trabalho.

Além do desemprego e dos trabalhos precários e/ou mal pagos, há toda uma lista de dificuldades que surgem com mais força com o neoliberalismo avançando sobre nossos direitos e serviços que o Estado deveria oferecer. A ausência de políticas voltadas para a “democratização” das tarefas domésticas faz com que as mulheres assumam sozinhas esses serviços não remunerados e não reconhecidos pela sociedade.

O artigo Sobre a crise dos cuidados mostra como a resolução das necessidades das pessoas no âmbito privado acaba sempre recaindo sobre as mulheres, tornando necessária uma redistribuição social de trabalhos e responsabilidades.

As Semprevivas

Crédito?????



Sobre a crise dos cuidados*

Por Amaia Perez Orozco e Sira Del Rio

Os mercados nunca satisfizeram todas as necessidades das pessoas. Uma parte fundamental é garantida mediante recursos gerados sem movimentar dinheiro, através de trabalhos gratuitos. Todas necessitamos de cuidados, em distintos graus e dimensões no decorrer de nosso ciclo de vida; mais intensivos e/ou especializados em alguns momentos como na infância, em processos de doença, se temos alguma incapacidade... Em geral, uma multidão de tarefas mantém a vida no dia-a-dia: a saúde, a alimentação, a higiene, o bem-estar emocional... Isso são os cuidados.

Historicamente, a resolução dos cuidados esteve ligada a uma divisão estrita de trabalhos entre mulheres e homens. Os homens no mercado de trabalho e as mulheres no espaço doméstico, fazendo trabalhos não remunerados e socialmente não valorizados,

responsabilizadas pelos cuidados do conjunto da família. Esta divisão sexual do trabalho conduz à diferenças muito importantes em termos de direitos sociais, de capacidade de decisão sobre a própria vida, etc.

As mudanças nos modelos de convivência e a diversificação das famílias (em um sistema de direitos sociais que ainda segue ancorado na família nuclear tradicional) implicam na incapacidade de resposta pública perante múltiplas situações, sendo um caso patente de desproteção aos lares monomaternais ou às idosas solitárias. A chamada incorporação massiva das mulheres ao mercado de trabalho e a impossibilidade de plena disponibilidade para cuidar gratuitamente do doméstico, é outro elemento crucial no desequilíbrio do sistema. Tudo isso torna necessária uma redistribuição social de trabalhos e responsabilidades.

continuação da capa

Mas, se está produzindo?

O Estado não está assumindo a responsabilidade de garantir os cuidados da população, menos ainda num contexto de desmantelamento do Estado de bem-estar. Apesar de se poder dizer que alguns serviços estão sendo incrementados, como as escolas infantis, o que está sendo criado são direitos que antes não existiam (por exemplo, afastamentos ou licenças para cuidar de familiares). Além disso, grande parte destes serviços está sendo privatizada. E muitos dos direitos criados, em um contexto de precarização do emprego, não são acessíveis à maioria da população. Não existe um direito social de ser cuidado e esta responsabilidade segue sendo das famílias e, dentro delas, às mulheres.

Os homens, como coletivo, não estão assumindo a responsabilidade de cuidar do dos outros, nem deles próprios. A distribuição dos trabalhos não remunerados continua sendo extremamente desigual entre mulheres e homens. As mulheres, responsáveis, por um tempo, pelo emprego e pelos trabalhos de cuidado não remunerados, desenvolvem múltiplas estratégias para tentar combinar os dois: intensificação dos tempos de trabalho, simultaneidade de tarefas, redução do tempo de descanso, compra de serviços no mercado... Autênticas malabaristas para conciliar suas atividades simultâneas que, em geral, envolvem mulheres de gerações mais velhas e mulheres em piores condições socioeconômicas, principalmente migrantes, na medida em que se recorre à compra destes serviços e dado que estes empregos são muito precários. Portanto, ocorre a redistribuição dos tempos de vida e trabalho e redistribuição intergeracional por classe e etnia, sem que exista uma responsabilidade social, pública ou masculina.

Esta redistribuição não é suficiente - já que há cuidados necessários que não são cobertos - nem satisfatória, já que muitos cuidados são recebidos em con-



dições precárias. Também é precário o trabalho de cuidado: tanto a remuneração - sendo o caso extremo das empregadas domésticas migrantes - como o não remunerado. Perante esta situação, perfilam-se diversos discursos.

inter am a aa ama ama ama m

Um discurso conservador que culpabiliza as mulheres e preconiza a volta ao lar (a culpa do fracasso escolar é das mães que abandonam seus filhos e filhas). Um discurso neoliberal que aposta na privatização e no consumo de serviços de cuidados. No feminismo, duas visões que se contrapõem. Por um lado, um discurso que defende a conciliação entre vida familiar e profissional com a criação de serviços públicos de qualidade que solucionem ao mesmo tempo o problema do desemprego feminino. E outro discurso que acredita ser impossível tal conciliação, afirmando que o problema está na estrutura do sistema socioeconômico, que é uma lógica mercantil de acumulação, que impede de dar prioridade às necessidades das pessoas. Enquanto persistir essa lógica, de não existir responsabilidade social na manutenção da vida, os mercados seguirão impondo seus interesses. Assim, por exemplo, não são criados serviços públicos de qualida-

de, apenas empregos precários. E os cuidados da população seguirão garantindo-se, em grande parte, mediante trabalhos invisíveis (mal pagos ou não pagos, com pouco ou nenhum direito social), divididos entre as mulheres.

O exemplo mais evidente são as chamadas cadeias globais de cuidados (das quais os homens estão sistematicamente ausentes). Para solucionar os problemas de conciliação de uma mulher espanhola, se recorre à uma mulher migrante que, por sua vez, vê negado seu direito de cuidar das pessoas próximas que permanecem em seus países de origem a cargo de outras mulheres, familiares sem remuneração ou empregadas mal remuneradas. Parece que uma das vias de resolução da crise dos cuidados aqui é importar de fora, consolidando um sistema de desigualdades globalizadas.

Tempos de crises podem trazer à luz os problemas de um modelo de priorização das necessidades dos mercados acima das necessidades da manutenção da vida. Crise que pode encerrar-se de forma reacionária ou que podemos usar para questionar a fundo o mundo no qual vivemos.

*Publicado originalmente no jornal Diagonal, em abril de 2005.

Entendendo o mundo digital e o Software Livre

Por Fernanda G. Weiden

Software Livre é uma questão de liberdade, não de preço; significa autonomia e liberdade na era digital. É colocar todas as pessoas em posição igual na era da informação, onde cada indivíduo escolhe qual sua participação neste novo contexto. Para um software ser livre, ele deve respeitar quatro liberdades básicas:

1. De usar o software para qualquer finalidade.
2. De estudar o código fonte, possibilitando acesso completo ao conhecimento contido no software. Não existe restrição de quanto você pode aprender ou não.
3. De modificar o código fonte, adaptando o software às suas necessidades.
4. E de distribuir cópias modificadas ou não do software, para que possa compartilhar o conhecimento ao qual você teve acesso.

Softwares que não respeitam estas quatro liberdades restringem seus usuários e os colocam em posição de submissão com relação aos desenvolvedores e são chamados softwares proprietários. Se você não puder olhar o código fonte, você não pode saber o que o software realmente está fazendo no seu computador. E algumas vezes os computadores não fazem aquilo que a gente espera que eles façam, não é mesmo?

Mesmo que você não seja e nem queira ser uma desenvolvedora, tem a liberdade de, se precisar, pagar alguém da sua escolha que possa lhe prestar suporte completo. Isso não é possível com softwares proprietários, porque somente a empresa que o criou possui acesso e pode prestar este serviço. Os demais somente tem acesso aos binários, que são a parte do programa que somente os computadores entendem.

Aspectos econômicos e sociais

No Brasil, 1/3 do dinheiro movi-



crédito????

Inclusão Digital: um problema de gênero

Uma pessoa que não fizer uso das tecnologias da informação como uma ferramenta para agregar conhecimento, facilitar tarefas diárias, otimizar e dar velocidade às comunicações, ampliar redes, será uma excluída digital. Num mundo hiperconectado como este em que vivemos, e que será muito mais conectado em poucos anos, um excluído digital é também excluído social. As

mulheres, no geral, já estão fora deste círculo e precisam se apoderar das novas tecnologias.

Conhecer as regras do jogo a que estamos submetidas e ter a possibilidade de se apoderar desse conhecimento é o diferencial nesse cenário. E só poderemos fazer isso de maneira completa utilizando Software Livre.

O movimento feminista precisa tratar a inclusão digital das mulheres como um assunto importante e também urgente, porque se não o fizer, daqui a dez anos, além de discutir os problemas do século passado, que infelizmente ainda não foram solucionados, terão a exclusão digital como mais um tema. A exclusão digital já é um problema de gênero e precisa ser trabalhada desde já.

Violência sexual, direitos sexuais e reprodutivos, igualdade de remuneração, mercantilização e outros são temas muito importantes, que estão influenciando em muito a vida de todas as mulheres. Mas e o futuro? Precisamos trabalhar hoje para evitar o aumento da nossa lista de pendências para a participação plena e igualitária na sociedade de amanhã. Um amanhã nem tão distante assim. E você? Você já usa Software Livre?

mentado pela nossa indústria de informática é enviado ao exterior em forma de pagamento de royalties e licenças a empresas estrangeiras.

A grande maioria das nossas empresas de informática nada mais é do que vendedoras de softwares proprietários estrangeiros, que elas não podem estudar em sua integralidade, e por isso não podem se tornar especialistas e prestar serviços de qualidade a seus clientes.

Software Livre possibilita a criação da indústria nacional de tecnologia, onde as empresas não representam mais os interesses de capitais estrangeiros, e sim, são capazes de prestar serviços especializados e satisfazer o mercado local, já que o conhecimento contido no software está disponível.

Inclusão digital é a universalização do acesso aos meios, ferramentas, conteúdos e saberes da sociedade da informação. Somente com Software Livre é possível a real inclusão digital com acesso irrestrito ao conhecimento, já que com software proprietário, o que acontece é um treinamento para que, no futuro, sejamos consumidores das empresas.

Coloca pessoas de lugares diferentes e diferentes condições sociais e econômicas num patamar de igualdade no que diz respeito a acesso a informação.

Fundadora do Projeto Software Livre Mulheres (<http://mulheres.softwarelivre.org>) e membro do conselho da Fundação Software Livre América Latina (<http://www.fsfla.org>).

Agricultura na sociedade de mercado é tema de publicação da SOF

Um possível acordo sobre agricultura na Organização Mundial do Comércio poderia consolidar um modelo agrícola insustentável, baseado nas monoculturas de exportação, e controlado pelas gigantes transnacionais. A agricultura praticada por camponesas e camponeses é responsável pela produção da maior parte dos alimentos que chegam às mesas. Mas seu modo de vida e produção é ameaçado pelo livre comércio.

A publicação da SOF Agricultura na sociedade de mercado – as mulheres dizem não à tirania do livre comércio aborda o tema a partir das mulheres. Foram ouvidas companheiras do Brasil, de países andinos, africanos e da Ásia que relataram como as mulheres estão sendo usadas nesse processo de entrega do mundo às transnacionais. Elas estão perdendo seus quintais e lavouras, perdendo autonomia e sendo forçadas a entrar cada vez mais como mão-de-obra barata nas agroindústrias. Estão cada vez mais sobrecarregadas com o cuidado de crianças e doentes porque as políticas neoliberais acabaram com os poucos serviços públicos a que



um dia elas tiveram acesso. Estão ficando cada vez mais expostas à violência e às redes de prostituição, que crescem graças à pobreza e a opressão das mulheres.

Impedir esse processo é fundamental na luta por um mundo de igualdade, no qual as mulheres sejam livres em suas vidas. É preciso mostrar como o machismo sustenta o capitalismo e as estratégias imperialistas e entender que é preciso mudar a vida das mulheres para mudar os rumos da história e construir uma sociedade justa.

o que rola

Aumenta participação da mulher no mercado de trabalho

A Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2005, divulgada em 15 de setembro pelo IBGE, confirma que as mulheres estão aumentando sua participação no mercado de trabalho. A população ocupada aumentou cerca de 2,5 milhões de pessoas. Deste total, 52% eram mulheres.

Segundo a pesquisa, as mulheres ocupadas tinham em média 8 anos de estudo. Entre os homens, o total de anos de estudo era de 7,1. Entre a população ocupada masculina, 29,8% tinham mais de 11 anos de estudo, ou seja, no mínimo concluíram o ensino médio. Para as mulheres, essa fatia sobe para 40,6%. Mas mesmo assim as vagas ainda apresentam remuneração inferior. E a pesquisa mensal de desemprego do IBGE mostra que as mulheres são a maioria dos desempregados (55,8%). Segundo os dados, a melhora no mercado de trabalho passou a ser um fator de atração para pessoas que não estavam em busca de emprego. E também conclui que o aumento do nível de instrução é cada vez mais uma exigência para encontrar trabalho.

Além do desemprego e dos trabalhos precários e/ou mal pagos, há toda uma lista de dificuldades que surgem com mais força com o neoliberalismo avançando sobre nossos direitos e serviços que o Estado deveria oferecer. A ausência de políticas voltadas para a “democratização” das tarefas domésticas faz com que as mulheres assumam sozinhas esses serviços não remunerados e não reconhecidos pela sociedade.

nº 62 Outubro de 2006

ISSN 1516-8042

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Butto, Francisca Rocicleide da Silva (Roci), Helena Bonumá, Ivete Garcia, Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha), Maria Ednalva Bezerra de Lima, Maria Emília Lisboa Pacheco, Maria de Fátima da Costa, Maria Otilia Bocchini, Martha de la Fuente, Mary Garcia Castro, Matilde Ribeiro, Raimunda Celestino Macena e Tatau Godinho.

A Folha Feminista, ISSN 1516-8042, é um boletim da SOF na luta feminista. Este número tem apoio financeiro da Fundação Heinrich Böll.

EQUIPE EDITORIAL

Diretora Responsável: Nalu Faria
Editora: Fernanda Estima (Mtb 25.075)
Projeto Gráfico: Alexandre Bessa
Diagramação: Márcia Helena Ramos
Fotolito: SB Editora
Impressão: RWC Artes Gráficas
Tiragem: 1.500 exemplares
Número avulso: R\$1,50



SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

Assinatura anual (10 números): R\$15,00

Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros
 05417-080 - São Paulo / SP
 Tel/fax: 3819-3876

Correio Eletrônico: sof@sof.org.br

Página na internet:

<http://www.sof.org.br>

próximos números

• ??????????????

• ??????????????